

# Diário do Legislativo de 17/05/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 19ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Dia da Independência de Israel

### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 12/5/2005

Presidência do Deputado Miguel Martini

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de Presenças - Destinação da Reunião - Execução do Hino de Israel e do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Palavras do Sr. Márcio Kac - Apresentação Musical - Entrega de Placas - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação Musical - Apresentação de Dança - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

João Leite - Miguel Martini - Sebastião Costa.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Miguel Martini) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. José Vaintraub, 1º-Vice-Presidente da Federação Israelita do Estado; Márcio Kac, 2º-Vice-Presidente da Federação Israelita do Estado; Deputado Federal Carlos William; Coronel Evandro Batholomei Vidal, Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Exército, representando o Comandante, General Paulo Castro; Ierge Marquiviti, Cônsul da Polônia; Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta comemoração; e Vereador Vanderley Miranda, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

## Registro de Presenças

A locutora - Registramos a presença das Exmas. Sras. Aba Cohen Persiano, Presidente do Instituto Histórico Israelita Mineiro, e Marta Marquivit, Consulesa da Polônia; dos Exmos. Srs. Jacques Ernest Levy, Vice-Presidente da União Israelita de Belo Horizonte; Pedro Bomervald, Presidente da Congregação Israelita Mineira; Salvador Ohana, Vice-Presidente para Assuntos de Tecnologia e Gestão Empresarial da CDL; e do Revmo. Sr. Pastor Eliener Miranda Tavares.

## Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião a homenagear o Dia da Independência do Estado de Israel.

## Execução dos Hino de Israel e do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino de Israel e, em seguida, o Hino Nacional, ambos interpretados por Martha Nichthausen.

- Procede-se à execução dos hinos.

## Palavras do Deputado João Leite

Exmo. Deputado Miguel Martini, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Mauri Torres; Exmos. Srs. José Vaintraub, 1º-Vice-Presidente da Federação Israelita do Estado; Márcio Kac, 2º-Vice-Presidente da Federação Israelita do Estado; Deputado Federal Carlos William; Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar da 4ª Divisão do Exército, Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante, Gen. Paulo Castro; Ierge Marquiviti, Cônsul da Polônia; Vanderley Miranda, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembléia, boa noite.

Hoje comemoramos 57 anos da fundação do Estado de Israel. Apesar da tenra idade, há mais de 3.500 anos é essa a nação escolhida por Deus para ser também a sua, conforme Ele falou com Moisés: "Se me obedecerem fielmente e guardarem a minha aliança, vocês serão o meu tesouro pessoal dentre todas as nações" (Êxodo 19:5). Mais tarde, já na Era Cristã, Deus confirma esse seu desejo, que está registrado nas Escrituras Sagradas, em Hebreus, 8:10: "Serei o seu Deus e eles serão o meu povo".

É com imensa satisfação que fui o autor do requerimento para a realização desta reunião especial com o objetivo de homenagear o Estado de Israel, a nação israelense e todos aqueles que fizeram e fazem essa belíssima história de grandes lutas, vitórias espetaculares e bênçãos sem limite. Desse povo, único no mundo a ter uma tenda para estar com o seu Deus, Ele - Jeová - disse em Êxodo, 19:43: "Ali me encontrarei com os israelitas, e o lugar será consagrado pela minha glória".

A história de Israel está marcada por milagres e atos heróicos muito preciosos para a história do Cristianismo. A fé de Moisés em conduzir o povo de Deus na travessia do Mar Vermelho, a obediência de Josué no cerco a Jericó e a coragem de Davi ao enfrentar Golias nos mostram claramente quais valores formaram o caráter e a cultura da nação israelense.

Esse testemunho, de povo vitorioso, escolhido de Deus, Israel tem dado ao longo desses milênios de admirável história. A criação do Estado de Israel e a luta pela sua manutenção é uma epopéia, muito além da imaginação até mesmo dos grandes escritores, como Homero, Virgílio e Camões.

Inútil da minha parte seria citar os inúmeros e importantes momentos do povo de Israel até o reconhecimento do Estado judaico pela comunidade internacional, por meio da Resolução nº 181, da ONU, curiosamente proposta pelos Estados Unidos e pela União Soviética, nações antagonicas e promotoras de alguns dos momentos mais tensos já vividos pelo planeta Terra.

Vale lembrar que essa decisão da Assembléia Geral da ONU foi presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, que, inspirado pela tradição do Itamarati na busca da resolução dos conflitos internacionais pela via pacífica, também criou o Estado palestino, que lamentavelmente não foi reconhecido pelos países da Liga Árabe, dando início ao conflito que até hoje leva insegurança e tem ceifado dezenas de milhares de vidas.

Trouxeram-me uma "colinha". Se acaso disse 50 anos, retifico que o Estado de Israel foi criado há 57 anos.

Gostaria de manifestar a minha insatisfação com o evento realizado pelo Governo Federal, à custa do dinheiro público, que recebeu o nome de Cúpula América do Sul-Países Árabes. Esse acontecimento foi inoportuno, inconveniente e desrespeitoso. Inoportuno porque ao se transformar numa grande campanha contra Israel, contribuiu para insuflar em nosso País a intolerância religiosa nas comunidades que aqui vivem de forma pacífica. O Governo Federal desconhece as recentes celebrações dos 60 anos do massacre de milhões de judeus nos campos de concentração nazistas, e que, apesar disso, esse povo tem mostrado sua vocação para superar adversidades e continuar em busca de uma vida em harmonia. Inconveniente, por desconhecer que em nosso País existem 80 mil brasileiros de origem judaica, que aqui criam suas famílias, estudam, trabalham e contribuem com o Brasil, em especial no comércio, na educação e nas pesquisas social e científica. Desrespeitoso com a nossa Carta Magna, porque o seu art. 4º prescreve: "(...) entre os princípios de nossas relações internacionais, a autodeterminação dos povos, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo (...)"

E o Governo Federal, além de contrariar esses incisos constitucionais, não conseguiu ver essa identidade do Brasil com Israel e concordou com as supostas lutas de libertação nacional, o mesmo que dizer que estão liberados os carros-bombas que, só no Iraque, mataram 400 pessoas desde a recente posse do Presidente Jalal Talabani, em 28 de abril.

Enquanto em Berlim é inaugurado um memorial aos judeus europeus assassinados, chega-se a um consenso quanto à devolução da Faixa de Gaza, e o nosso supercraque, Ronaldinho, está de malas prontas para ir à Palestina, como embaixador honorário da ONU, para participar de jogos com times mistos de jovens israelenses e palestinos, a desastrosa política externa brasileira caminha na contramão da tendência mundial, indispõe-se com vizinhos e se cala em relação ao engenheiro brasileiro, José João Vasconcelos Júnior, seqüestrado no Iraque, em

janeiro, e sem qualquer notícia de seu paradeiro.

A declaração conjunta da Cúpula Árabe-Sul Americana, além de endossar a ação de movimentos armados que atingem a população, omitiu-se em relação à submissão imposta à mulher nos países árabes. Ela também não mencionou os 30 anos de controle do Líbano por tropas da Síria. Na opinião da Confederação Israelita do Brasil, essa declaração traz para o nosso País uma guerra que não é nossa, uma guerra que, em seu campo próprio, já é objeto de negociações e tende a se extinguir. Mas, para o Chanceler Celso Amorim, cada um deve interpretar a declaração como quiser. Lamentável.

Também o nosso Presidente Lula não poderia perder a chance de deixar sua marca indelével, ao afirmar que a questão da democracia não foi tratada com a seriedade devida porque "não haveria como definir democracia sem desrespeitar o conceito dos outros". O filólogo e dicionarista Antônio Houaiss diverge frontalmente do nosso Presidente e define democracia com muita clareza: é o sistema político comprometido com a igualdade, com a distribuição equitativa de poder entre todos os cidadãos. É sabido que, infelizmente, esses valores não se fazem presentes na maioria dos países islâmicos, que cláusulas pétreas para o mundo ocidental, como os direitos humanos, não passam de ficção para o cidadão muçulmano, oprimido pela ditadura do Corão, sem perspectivas de ascensão social e com sua juventude condenada à beligerância.

Democracia é esse valor milenar da humanidade, estruturador de nosso modelo de vida e para o qual Israel contribuiu e tem contribuído de forma permanente. No capítulo 4, do Livro de Rute, temos um exemplo clássico da participação popular, naquele tempo, quando Boaz chama dez anciãos da cidade para resolver um problema de precedência em relação à compra de terras.

Se por um lado minhas palavras parecem alarmistas, por outro lado desejo lembrar-lhes que nenhuma nação há de prevalecer contra Israel, pois o próprio Deus, em Êxodo, 29:45, falou: "E habitarei no meio dos israelitas e serei o seu Deus".

Shalom!

Palavras do Sr. Márcio Kac

Exmo. Deputado Miguel Martini, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Mauri Torres; Exmos. Srs. José Vaintraub, 1º-Vice-Presidente da Federação Israelita do Estado; Deputado Federal Carlos William; Cel. Evandro Batholomei Vidal, Assessor Parlamentar da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Exército, representando o Comandante, Gen. Paulo Castro; Cônsul da Polônia, Ierge Marquiviti; Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, Vereador Vanderley Miranda, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, demais autoridades presentes, senhoras e senhores. É com extremo orgulho que a Federação Israelita do Estado de Minas Gerais participa desta reunião especial, requerida pelo Deputado João Leite, em homenagem ao Dia da Independência do Estado de Israel.

Com o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948, a independência judaica, perdida há 2 mil anos, foi restaurada. O Dia da Independência é a celebração da renovação do Estado judaico na terra de Israel, a terra do povo judeu. Nessa terra, o povo judeu começou a desenvolver sua religião e cultura há 4 mil anos, e aí preservou uma indestrutível presença, por séculos, como um Estado soberano e, em outros tempos, sob dominação estrangeira. Através de sua longa história, o desejo de retorno a essa terra foi o foco da vida judaica.

Comemoramos neste dia 57 anos do estabelecimento do Estado de Israel, possibilitado pela 49ª Assembléia Geral da ONU, presidida pelo Chanceler brasileiro Oswaldo Aranha, apenas três anos após o fim do conflito que marcou para sempre a história do povo judeu e relegou às gerações futuras um mandamento: não esquecer jamais as atrocidades do holocausto que dizimou 1/3 do povo judeu.

Esse Estado, nascido pouco após a hecatombe nazista, contrariando tendências e tentativas de aniquilação perpetradas por forças muito mais poderosas, permanece vivo e forte; e, a despeito de todas as guerras, encontra-se na vanguarda mundial nos campos da ciência, da tecnologia, da medicina e da agricultura. Esse Estado anseia a paz. Esse é, hoje, seu maior desafio.

Recentes mudanças trazem a expectativa de uma grande oportunidade para os povos da região, particularmente israelenses e palestinos. Nesse sentido, decisões históricas têm sido tomadas: o plano de desengajamento, que determina a saída de Israel da Faixa de Gaza e de parte da Cisjordânia, com a remoção de assentamentos judaicos lá existentes, significa o comprometimento verdadeiro da liderança israelense com o Mapa do Caminho da Paz para trazer melhores condições de vida à população de Israel e a seus vizinhos, buscando segurança e fim do terrorismo. Sim, fim do terror, com todas as letras, porque a alegada autodeterminação dos povos é outra coisa. Povos têm o direito de defender-se, até com armas. Buscar deliberadamente vítimas civis é injustificável, sob qualquer aspecto.

A cerimônia da qual participamos hoje é também, por algumas particularidades, muito significativa: estamos no Plenário Juscelino Kubitschek, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, berço dos incondentes, de tradição de lutas em favor da liberdade. Basta ver a nossa bandeira: "Liberdade, ainda que tardia". A alma desta Casa traduz muito dessa liberdade: liberdade de pensamentos, liberdade de expressão, liberdade de escolher nossos próprios governantes, cobrar deles, destituí-los até.

Em outras palavras, poder decidir e influir no destino de nosso Estado e Nação: democracia. Isso, por mais que, em alguns momentos, alguns desses governantes façam-se de desentendidos à real importância e ao significado dessa palavra, quando interesses econômicos e políticos estão envolvidos. Mas quando falamos em democracia, talvez seja essa a mais marcante característica desse jovem país, jovem Estado judeu que hoje homenageamos. Democracia que diariamente é posta à prova e que mostra sua estabilidade e capacidade de ir ao encontro de desafios desse porte, resguardando os valores de um povo milenar que se vangloria de suas realizações, apesar da sua luta constante pela existência, em condições de guerra e terrorismo desde o dia de sua independência, sempre alicerçados na moral e na ética.

Para encerrar, gostaria de citar um trecho da Declaração da Independência do Estado de Israel, proferida por David Ben Gurion, numa véspera de Shabat, 5 de Iyar de 5.708, 14 de maio de 1948, que, não obstante terem se passado 57 anos, mostra-se incrivelmente atual.

A terra de Israel é o local de origem do povo judeu. Aqui a sua identidade espiritual, política e religiosa foi moldada. Aqui eles primeiro atingiram a formação de um Estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros. Depois de serem forçosamente exilados de sua terra, o povo conservou consigo sua fé durante a dispersão e nunca deixou de rezar e sonhar com o retorno para sua terra e com a restauração, lá, de sua liberdade política. Impelidos por sua ligação histórica e de tradições, judeus lutaram geração após geração para se restabelecerem em sua antiga terra natal. Nós estendemos nossa mão a todos os Estados vizinhos e a seus povos numa oferta de paz e boa vizinhança, e apelamos a eles pelo estabelecimento de laços de cooperação e ajuda mútua com o soberano povo judeu, estabelecido em sua própria terra. O Estado de Israel está preparado para fazer a sua parte em um esforço comum para o desenvolvimento de todo o Oriente Médio.

Quereria fazer minhas as palavras do Exmo. Deputado João Leite, no tocante às críticas à Carta de Brasília resultante da cúpula dos países árabes e sul-americanos. Sua contundência vai ao encontro dos nossos pensamentos e, acima de tudo, dos nossos sentimentos. Muitíssimo obrigado, Deputado João Leite, do fundo do coração.

Mais uma vez gostaria de, em nome da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, agradecer a esta Casa, espaço democrático de inestimável valor na vida do nosso Estado, pela oportunidade de homenagear o 57º aniversário da Independência do Estado de Israel, particularmente nas pessoas do seu Presidente, Deputado Mauri Torres, do Deputado Miguel Martini e do nosso estimado Deputado João Leite. Muito obrigado.

#### Apresentação Musical

A locutora - Convidamos os presentes a assistirem à apresentação de Martha Nichthaus, que interpretará duas músicas em hebraico.

- Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Martha Nichthaus - A paz nós queremos; a paz queremos com fervor, pois a guerra só nos causa dor. Para todos vocês: "yerushalaim shel zahav".

- Procede-se à apresentação musical.

#### Entrega de Placas

A locutora - O Deputado Miguel Martini, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa, fará a entrega ao Sr. Márcio Kac de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Na ocasião em que se comemora os 57 anos de independência do Estado de Israel, a Assembléia Legislativa, em nome do povo mineiro, presta sua homenagem à Federação Israelita do Estado de Minas Gerais. Além de congregar a comunidade judaica, preservando seus valores e divulgando sua cultura, a FISEMG vem prestando relevantes serviços à sociedade ao promover e apoiar diversas ações beneficentes em prol dos mais necessitados".

- Procede-se à entrega de placa.

A locutora - O Sr. José Vaintraub, 1º-Vice-Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, fará a entrega de placa comemorativa ao Deputado João Leite, cujo teor é o seguinte: "Ao Deputado Estadual João Leite os agradecimentos especiais da comunidade judaica mineira por ocasião das comemorações dos 57 anos de Independência do Estado de Israel".

- Procede-se à entrega da placa.

A locutora - O Sr. Márcio Kac, 2º-Vice-Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, fará a entrega de placa comemorativa à Dra. Rachel Cohen, cujo teor é o seguinte: "À Sra. Rachel Farhi Cohen os agradecimentos especiais da comunidade judaica mineira pelo trabalho voluntário em prol da manutenção da identidade judaica e o estreitamento dos laços com o Estado de Israel".

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - Exmos. Srs. José Vaintraub; Márcio Kac; Deputado Federal Carlos William; Cel. Evandro Batholomei Vidal; Cônsul Ierge Marquiviti; amigo Vereador Vanderley Miranda; amigo e companheiro Deputado João Leite, boa noite.

Confesso que tenho um sentimento muito grande de emoção. Creio que até o final seremos tentados a quebrar o protocolo e pedir para repetir essa segunda canção. Por unanimidade, está aprovado. Ao final, nós a convidaremos para cantar outra vez.

Terminei de escrever um livro em que há um capítulo especial a respeito da história de Israel. Daí minha emoção de estar aqui, convidado pelo amigo João Leite, que nos ouve como se fortalecêssemos nossa fé em um Deus poderoso, de cuja presença o povo de Israel é um sinal visível.

O final da Segunda Guerra Mundial, a cujo sexagésimo aniversário acabamos de assistir, revelou ao mundo os fatos chocantes do holocausto de 6 milhões de judeus, promovido pelo regime nazista de Adolf Hitler.

Como compensação a esse trágico e desmesurado sacrifício, o povo judeu pôde finalmente retornar à terra de onde havia sido forçosamente exilado.

O moderno Estado de Israel surgiu no dia 14 de maio de 1948, segundo uma decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas que reconheceu o direito irrevogável do estabelecimento de uma Nação judia.

Como principal nome dessa luta, destacou-se seu fundador, David Ben Gurion, coroando um esforço lento e contínuo de sua gente, iniciado entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX.

A essa época, sucessivas vagas de imigrantes judeus chegaram à então Palestina, em busca não só da terra prometida como de um lar nacional para seu povo.

A degradação da vida dos judeus na Europa Central e do Leste, que culminaria com os campos de extermínio na Alemanha e Polônia, tornara-se fator determinante dessa migração.

Os primeiros cidadãos de Israel, mesmo numa situação de conflito com os vizinhos árabes, procuraram assegurar seu direito a uma vida de dignidade, liberdade e trabalho.

Sua cultura e tradição milenares expandiram-se nesse exíguo e conturbado território, para onde puderam transferir um potencial financeiro e tecnológico acumulado ao tempo de sua longa diáspora.

Assim, fizeram o deserto frutificar e sua língua renascer, estabelecendo uma comunidade vigorosa e em pleno desenvolvimento, mesmo em constante tensão com os vizinhos.

Nesses 57 anos, um Estado verdadeiramente moderno foi erguido. Seu Governo, democraticamente eleito por todos os cidadãos, inclusive não-judeus, representa a vontade política da população. Diversos Deputados árabes estão presentes no parlamento.

Um momento decisivo na história de Israel é o que configura o acordo de paz com o Egito, em 1979, pondo fim aos 30 anos de guerra entre os dois países, quando, sinalizando sua boa-vontade, os israelenses retiraram-se da península do Sinai.

Agora, com o novo Governo palestino, um novo capítulo para a paz se descortina, quando outros territórios, como os da Faixa de Gaza, têm sua devolução em curso.

Não há outro final esperado pelo mundo para essa história: o estabelecimento definitivo da paz, pondo fim a tantas décadas de conflitos entre palestinos e judeus.

Com seu direito de existência assegurado, o Estado de Israel pode caminhar pelo século XXI ampliando seus laços com o mundo e encontrando soluções para a expansão de sua infra-estrutura e de sua economia.

Acreditamos, nesta homenagem à independência do Estado de Israel, que os símbolos presentes em seu emblema nacional serão cada vez mais reconhecidos no panorama mundial.

O escudo, que reúne a menorá e os ramos de oliveira, traduz a verdadeira essência do povo hebreu. O candelabro - a menorá - representa sua imensurável herança e sua profunda cultura, extremamente significativas na construção da civilização e da história planetária. Os ramos de oliveira que a envolvem são a representação universal da paz.

Ao celebrar os 57 anos da criação do Estado de Israel, desejamos prestar uma homenagem a esse povo que tanto tem lutado. Neste momento, vale lembrar, principalmente, que, quando, de forma sorrateira e covarde, antecipou-se o prazo para a devolução do Estado de Israel, o propósito era que realmente o povo fosse mais uma vez massacrado. Mas esse povo tem um Deus vivo que combate em seu favor. E, apesar de tudo, a vitória de Israel se deu contra qualquer expectativa, contra qualquer lógica racional. Ao prestarmos esta homenagem pela passagem desses 57 anos, lembramos não era 14 de maio a data prevista para a devolução. Foi antecipada, de maneira sorrateira e covarde, mas o povo de Deus foi honrado por esse Deus vivo.

Que a paz, então, mais que nosso anseio, torne-se o pano de fundo do cotidiano de judeus e palestinos, num exemplo definitivo para a humanidade. "Shalom"! Muito obrigado.

#### Apresentação Musical

A locutora - Convidamos os presentes a assistirem à apresentação de Martha Nichthaus, que interpretará duas músicas em hebraico.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Apresentação de Dança

A locutora - Convidamos os presentes a assistirem ao Grupo de Dança Lehaká Kêf, que apresentará um número de dança israelita.

- Procede-se à apresentação de dança.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 13, às 20 horas, e de segunda-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 3/5/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ermano Batista, Antônio Júlio e Marlos Fernandes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.258, 2.273, 2.278 e Projetos de Resolução nºs 2.281 e 2.284/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.269, 2.271, 2.275 e 2.282/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.254, 2.267, 2.270, 2.272, 2.277/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 64/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 2.259, 2.260, 2.274, 2.279 e Projeto de Resolução nº 2.285/2005 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); 2.255, 2.262, 2.264, 2.280/2005 e Projeto de Resolução nº 2.286/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 66/2005 e redistribuído o Projeto de Lei nº 2.139/2005 (relator: Deputado George Hilton); 2.256, 2.263, 2.276/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 67/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.261, 2.266, 2.283/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 65/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Nesse momento, o Presidente suspende a reunião. São reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Sebastião Costa. Está presente, também, o Deputado Marlos Fernandes. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.011/2004 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); 2.096/2005 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.016/2004 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.152/2005 com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição); 2.209/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). É aprovado requerimento que solicita seja convertido em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 2.243/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer que conclui pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.160/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.198 e 2.242/2005, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.201 e 2.218, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Marlos Fernandes, em virtude de redistribuição); 2.245/2005, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e 2.246/2005 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição). Cumprida a

finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Doutor Viana - Sebastião Costa - Maria Tereza Lara.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 33ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 17/5/2005

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.647/2004, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita ao Procurador-Geral de Justiça do Estado informações sobre as providências adotadas com relação ao que ficou evidenciado no relatório final da CPI do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.663/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Secretário da Fazenda cópia do parecer que concluiu pela legitimidade da transação realizada entre o Estado e a Samarco Mineração S.A., conforme Resolução 004/2003, de 19/12/2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.696/2004, do Deputado Dimas Fabiano, em que solicita ao Subsecretário de Esportes o envio de relatório contendo o nome dos municípios beneficiados pelo Programa Segundo Tempo e quais os critérios adotados para a celebração de convênios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.819/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita à CEMIG informações que justifiquem os constantes aumentos na tarifação de energia elétrica praticados pelo órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.826/2004, do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente da CEMIG informações sobre o acidente fatal ocorrido na Usina de Queimados, no Município de Unai, no dia 9/4/2004, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento

Votação do Requerimento nº 2.842/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita ao Secretário da Fazenda esclarecimentos sobre a transformação em verba retida dos valores correspondentes ao pagamento de direitos adquiridos por servidores públicos por ocasião da aposentadoria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.874/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita à direção da PRODEMGE informações sobre as providências tomadas quanto ao pagamento das verbas rescisórias de trabalhadores contratados pela CLT, sem a realização de concurso público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.227/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de

Tributação nº 4/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.228/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa TAM Linhas Aéreas S.A.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.017/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Novo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.529/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Turismo.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.653/2004, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Guarará. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.736/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a política de incentivo ao uso da energia eólica e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 17/5/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.925/2004, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 4.635/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.254/2005, do Tribunal de Justiça; 1.497/2004, do Deputado Fábio Avelar; 1.844/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 2.087/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.190/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.237/2005, do Deputado George Hilton; 2.263/2005, do Governador do Estado; 2.269/2005, do Deputado José Milton; 2.281/2005, do Deputado Doutor Viana; 2.282/2005, do Deputado Zé Maia; 2.284/2005, do Deputado Zé Maia; Projeto de Resolução nº 2.286/2005, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 2.290/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.960/2004, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.104/2005, do Deputado José Henrique; 2.199/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.277/2005, do Deputado Ermano Batista; 2.283/2005, do Deputado Zé Maia; 2.287/2005, do Governador do Estado; 2.294/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.295/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.184/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.125/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.188/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.210/2005, do Deputado Antônio Júlio; 2.214/2005, do Deputado Fábio Avelar; 2.222 e 2.223/2005, do Deputado André Quintão.

Requerimento nº 4.685/2005, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.645 e 4.646/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.664/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 4.667/2005, do Deputado Dimas Fabiano; 4.668/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 4.684/2005, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 18/5/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.140/2005, do Deputado Doutor Viana.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.985/2004, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.759/2004, da Deputada Maria Tereza Lara; 2.025/2004, do Deputado Leonídio Bouças; 2.050/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.165/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.179/2005, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.182/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.201/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Requerimentos nºs 4.566 a 4.568/2005, do Deputado Fahim Sawan; 4.605/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 4.666 e 4.679/2005, do Deputado Carlos Pimenta; e 4.700 a 4.702/2005, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 17/5/2005, destinada, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade; e 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e



revoga o § 4º do seu art. 82; dos Projetos de Resolução nºs 2.017/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; 2.227/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 4/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda; e 2.228/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa TAM Linhas Aéreas S/A; dos Projetos de Lei nºs 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Novo o imóvel que especifica; 1.529/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências; 1.653/2004, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Guarará; e 1.736/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a política de incentivo ao uso da energia eólica e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de maio de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Ermanno Batista, José Henrique, Márcio Kangussu e Sebastião Helvécio e a Deputada Elisa Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2005, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 1.830/2004, do Deputado André Quintão (sobre Emendas apresentadas em Plenário), e 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, de cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, em audiência pública, no que se refere à demonstração, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes aos quadrimestres de 2004 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Participação Popular; Zé Maia, Leonardo Moreira, Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Weliton Prado, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 24/5/2005, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a adoção de mecanismos de segurança para os trabalhadores e usuários de agências bancárias, em especial aqueles relativos às novas modalidades de assalto ocorridas em diversos Municípios do Estado, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2005, às 14h30min, no Teatro, com a finalidade de se debaterem os avanços alcançados e as dificuldades enfrentadas pela coordenação do Fórum Mineiro de Saúde Mental, responsável pela organização das atividades comemorativas do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Djalma Diniz, Irani Barbosa e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2005, às 9h30min, no Plenário da Câmara Municipal de Itinga, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre o homicídio ocorrido em fevereiro de 2000, que teve como vítima Vianeí Ferreira de Campos e como suposto autor o Sr. Hermelino Ribeiro Evangelista, conforme informações contidas no Processo nº 003401001252-3, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, nesta semana o mundo comemora os 60 anos de vitória sobre os nazistas na Segunda Guerra Mundial. A Alemanha inaugurou o Memorial do Holocausto, que é marcado pela criação do Estado de Israel. Foi justamente nesse momento histórico, após a morte de tantos judeus e da intolerância nazista, que surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, trazendo uma grande contribuição especialmente para importantes marcos legais do nosso País, como a Constituição.

Além de lembrar a todos esse assunto tão importante, também tratarei de outros. Hoje, a nossa imprensa traz a definição da licitação para a transposição do rio São Francisco. São 14 lotes já definidos para a transposição do rio São Francisco, o que gerou uma tentativa de licitação antes mesmo do licenciamento ambiental, algo inédito em nosso País. Temos a informação de que Minas Gerais, que detém 73% das águas do rio São Francisco e a maior parte da bacia hidrográfica desse rio, nem sequer foi ouvido. No entanto, até mesmo por questão de respeito, esse Estado deveria ter sido ouvido sobre a revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco.

Lamentavelmente, a imprensa não trouxe hoje a discussão realizada ontem, na Comissão de Meio Ambiente desta Casa, sobre o problema do aterro sanitário. Esta Comissão de Meio Ambiente, provocada por um requerimento assinado por mim e pelo nobre Deputado Fábio Avelar, solicitou providências quanto à forma como tem sido jogado o chorume do aterro sanitário da BR-040. A informação recebida é de que esse lixo tem sido jogado na estação de tratamento do Arrudas. Então, ele está sendo lançado no rio das Velhas, sem tratamento?

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, incluindo Contagem, é o maior ponto poluidor da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Transposição do rio São Francisco: essa é a prioridade do Governo Federal, do Governo do PT.

Trata-se de um projeto que irá atender aos empresários ligados ao ramo da criação de camarões e a outros programas nessa região do País. E Minas Gerais, que tem um Secretário que já foi Ministro do Meio Ambiente, nem sequer foi chamado, ouvido. Não interessa ouvir ninguém. Senhoras e senhores, investirão na transposição do rio São Francisco inicialmente R\$5.000.000.000,00.

Esse é um projeto totalmente equivocado. Não sou especialista, mas estou lendo as análises de alguns deles. Infelizmente, não estamos podendo fazer um debate. Estão todos silenciados. Outro dia, a Comissão de Meio Ambiente foi até o Jaíba, mas os assentados, que tinham feito o convite, não compareceram, pois dias antes estivera lá o Ministro Ciro Gomes, e foram feitas várias promessas. Por isso, não foram discutir com a Comissão os riscos da transposição do rio São Francisco.

Não se está levando em conta a vazão. Não se discutiu com os técnicos de Minas. Impôs-se autoritariamente esse projeto, sem que o Governo do Estado que detém 73% das águas do rio fosse consultado. Essas são águas que vão direto para o oceano Atlântico, mas não interessa ouvir Minas Gerais.

Essa conta, que será paga pelo povo brasileiro, especialmente pelo mineiro, não ficará apenas em R\$5.000.000.000,00. E a previsão para a conta final da transposição é de R\$15.000.000.000,00.

Estamos acompanhando o caso perplexos; perplexos, e sem ser ouvidos; perplexos, e sem a discussão da imprensa; perplexos ao saber que, além desse gasto, será necessária a energia gerada por Três Marias para fazer a elevação das águas do rio São Francisco até o nível dos rios do Nordeste.

Esse é um projeto autoritário do Governo Federal, que não aceita discutir nem com a Assembléia de Minas Gerais, nem com as entidades interessadas e nem com o Governo e com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte)\* - Nobre Deputado João Leite, estamos ouvindo atentamente seu pronunciamento e também ficamos perplexos com a notícia da transposição do rio São Francisco.

Sabemos do custo de uma operação dessas. Serão gastos R\$19.000.000.000,00 em todo o projeto. Como V. Exa., pergunto: "será que essa transposição terá um resultado concreto? Por que, em vez de transpor, não saneiam o rio, não revitalizam suas águas, que praticamente estão morrendo, uma vez que milhares de toneladas de esgoto por dia são despejadas nelas? Quanto dinheiro será gasto aleatoriamente porque é ano eleitoral e porque esse é um sonho do Presidente? Será que as entidades de meio ambiente do Brasil autorizaram isso?"

Ressalto que gastarão com esse empreendimento R\$19.000.000.000,00, em vez de sanarem a pobreza do País e de matarem a fome do brasileiro, projeto que vem sendo propagado desde o início do Governo, mas que até hoje não foi concluído. E farão isso em detrimento da posição de Minas Gerais, que detém praticamente 73% das águas do rio.

É lamentável esse projeto faraônico do Presidente Lula, que logicamente atingirá o Brasil como um todo e, principalmente, Minas Gerais. Se 1/10 desse dinheiro fosse destinado para as rodovias, teríamos um projeto muito mais viável do que o de transpor um rio que está inteiramente assoreado e poluído. Estão deixando de investir dinheiro onde realmente deveriam investir. Parabéns por seu pronunciamento.

O Deputado João Leite - Deputado Elmiro Nascimento, se um parlamentar bem-informado como V. Exa., já que conheço o seu trabalho, atualizado e atento, desconhece alguns detalhes de um projeto que vai, em cheio, contra os interesses do Estado que V. Exa. defende, imaginem o povo de Minas Gerais! Não foram levadas em consideração nem sequer vazões mínimas da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Deputado Elmiro Nascimento, estamos falando em R\$5.000.000.000,00 iniciais e em R\$15.000.000.000,00 para o final do programa, e V. Exa. traz o dado de R\$19.000.000.000,00. Para a revitalização do rio São Francisco, no orçamento do Governo Federal, para este ano, estão previstos R\$88.000.000,00. Qual é a prioridade deste Governo? A Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, por diversas vezes, enviou comunicação ao Ministério, ao Governo Federal, e não obteve resposta. Trata-se de algo que interessa aos mineiros. Em momento algum, obtivemos uma resposta, nessa pressa do Governo Federal de dividir logo esses 14 lotes da transposição do rio São Francisco.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)\* - Deputado João Leite, cumprimentamos V. Exa. por, mais uma vez, trazer esse importante assunto para a reflexão de todos nós, Deputados. Não podemos aceitar a maneira com que vem sendo conduzido um projeto de tamanha envergadura.

Ressaltamos mais uma vez os recursos totais que serão gastos nesse projeto. Há ainda uma dúvida, mas temos conhecimento de que esse projeto, após a sua conclusão, caso seja implantado, poderá demandar recursos da ordem de mais de R\$20.000.000.000,00. Esses R\$5.000.000.000,00 anunciados serão destinados apenas às obras iniciais. As complementares demandarão mais de R\$15.000.000.000,00.

É importante trazer esse assunto à tona sempre que possível. Houve uma reunião memorável na cidade de Pirapora. Estiveram presentes

vários Deputados, inclusive o Deputado Gil Pereira, Coordenador da CIPE-São Francisco. Tivemos a oportunidade de ouvir e registrar, com satisfação, a participação de centenas de pessoas de todo o Estado de Minas Gerais, que manifestaram posição contrária à implantação desse projeto monstruoso, que, como engenheiro, tenho chamado de aberração, pois não atende aos mínimos pré-requisitos técnicos, econômicos e sociais. V. Exa. já lembrou alguns parâmetros referentes à megalomania desse projeto, mas, caso seja implantado, levando-se em consideração as disponibilidades hídricas do rio São Francisco e dependendo da altura da barragem de Sobradinho, esse projeto megalomaniaco funcionará apenas durante quatro anos em um universo de dez.

Como esse assunto é muito grave, temos de mobilizar Minas Gerais e o Brasil contra a implantação desse projeto.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Fábio Avelar. A transparência foi solicitada. Trata-se de uma nova Transamazônica. Minas Gerais já manifestou a sua palavra oficial: deseja a revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco. O Deputado Fábio Avelar lembrou bem que se trata do rio São Francisco, o único que passa pelo semi-árido mineiro, pelo semi-árido brasileiro, justamente a partir de Pirapora, onde o Deputado Fábio Avelar e outros se reuniram.

É um projeto feito a toque de caixa, e Minas Gerais foi desprezada.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)\* - Parabéns ao Deputado João Leite pela memorável reunião realizada hoje pela manhã com o Secretário de Meio Ambiente e militantes da área. Parabéns pela luta, que é sua, da Assembléia Legislativa e do povo mineiro.

No dia 13 de junho, a OAB nacional se posicionará contra a transposição, pedindo a revitalização do rio São Francisco. Fazemos coro a sua voz em defesa do Velho Chico, o rio da integração nacional.

O Deputado João Leite - Deputado Gil Pereira, obrigado. A Comissão de Meio Ambiente desta Casa já se manifestou majoritariamente contra a projeto de transposição do São Francisco e a favor de sua revitalização.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a manifestação oficial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais contra esse projeto. Solicito que esta Casa convoque o Governo Federal para que tome conhecimento da posição do povo de Minas Gerais, que é contra a transposição. Farei esse requerimento por escrito, pois é preciso que tomemos uma posição clara frente aos brasileiros que, neste momento, estão totalmente desinformados. Em São Paulo e em outros Estados, o Governo Federal divulga que esse é um programa de redenção dos pobres do Nordeste brasileiro, do semi-árido. Isso não é verdade, pois trata-se de um programa para atender empresários, o que precisa ser esclarecido para a população brasileira.

Sei que meu tempo acabou.

Lamento. Peço desculpas aos Deputados Jésus Lima e Márcio Kangussu. O povo de Minas Gerais detém 73% dessas águas, logo o Estado deve levantar a sua voz contra a retirada das águas e da energia de Minas Gerais pretendida pelo Governo do PT. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado George Hilton\* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, Mesa, imprensa, convidados, certamente já deveria ter me pronunciado há mais tempo sobre nossa filiação recente ao PFL. Hoje, explicarei claramente nossos objetivos e intenções.

Entretanto, não poderia deixar de manifestar meu agradecimento ao PL, partido que nos acolheu desde o primeiro momento em que chegamos a esta Casa. Nele, tivemos um relacionamento cordial, respeitoso, e, acima de tudo, de participação efetiva no primeiro e no segundo mandato, que já caminha para seu final no próximo ano.

Durante nossa permanência no PL, nesses seis anos, aprendemos a compartilhar e a valorizar o trabalho e a eliminação das desigualdades sociais nas várias frentes que montamos nesta Casa Legislativa. Entretanto, é hora de mudar, é momento de caminhar com o PFL, junto de outros companheiros ilustres e de competência já comprovada, conforme vimos no encontro das lideranças do PFL. Destaco o Senador Jorge Bornhausen, que assinou minha ficha e deu uma demonstração de respeito para com este parlamentar; o Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia; o Presidente Estadual do PFL; e o Deputado Federal Eliseu Resende, entre tantos outros. O encontro reuniu também Deputados Federais de outros Estados.

É hora de estreitar os laços e garantir apoio ao nosso Governador Aécio Neves, grande articulador da nossa ida para o PFL, dando-nos muito apoio e permitindo-nos traçar um projeto que torne viável sua reeleição.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Deputado George Hilton, é com alegria, satisfação e contentamento que o recebemos no nosso partido. Não abrimos somente as portas do PFL, abrimos também nossos corações para recebê-lo, podendo contar com esse valoroso Deputado nas nossas fileiras. É uma honra para todos nós e lhe desejamos boas-vindas. Temos certeza de que o PFL cresceu e continuará a crescer com sua chegada. Parabéns pelo seu pronunciamento. Obrigado.

O Deputado George Hilton\* - Deputado Doutor Viana, sou eu quem ganha por estar ladeado de companheiros do quilate e da competência de V. Exa.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte)\* - Deputado George Hilton, é com alegria que o recebemos como companheiro no PFL. V. Exa. representa a Zona da Mata e é um dos Deputados mais representativos desta Casa. O PFL cresceu muito com sua vinda. Parabéns e seja bem-vindo às fileiras do PFL, que marcou e marca a história deste País pelo trabalho que vem fazendo. Aquela foi uma linda solenidade, a que compareceu toda a liderança nacional, incluindo expressões nacionais como os Senadores Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Agripino Maia. É um grande orgulho tê-lo em nossas fileiras. Parabéns. Esta Bancada o recebe de braços abertos. Estou certo de que faremos um trabalho digno e valoroso para o bem de todos os mineiros. Obrigado.

O Deputado George Hilton\* - Obrigado. Essa é a tônica do nosso discurso: o bem do povo mineiro, a construção de uma aliança que reforça a idéia de que o projeto iniciado pelo Governador Aécio Neves deve ter continuidade, por entendermos que visa ao bem-estar. O PFL abriga esses objetivos. V. Exa. não é apenas um companheiro de partido, mas alguém que tem bagagem, experiência e que conhece muito bem o Legislativo de Minas Gerais.

Digo isso particularmente a mim, porque serei ladeado por V. Exa. Certamente, nas horas em que eu precisar, irei consultá-lo, porque sei que V. Exa. contribuirá muito para a minha formação política nesta Casa.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte)\* - Obrigado. Sinto-me muito orgulhoso com suas palavras. V. Exa. foi inteligente em compor as fileiras do PFL. Espero que outros Deputados o acompanhem nessa jornada política, para que possamos, cada vez mais, engrandecer as fileiras desse Partido e trabalhar pela grandeza do nosso Estado.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - O PFL já se torna repetitivo nesta Casa, mas não posso deixar de externar a minha satisfação e alegria em tê-lo como companheiro de partido. V. Exa. é um dos grandes homens públicos desta Casa, uma das referências que tive ao chegar aqui. Como o mais novo Deputado, com 25 anos, busquei me espelhar nas pessoas que são simpáticas, que fazem um bom trabalho, cujo discurso é coerente, pautado na sinceridade e na responsabilidade.

V. Exa. traz muita qualidade à Bancada do PFL, que não é das maiores em termos quantitativos, mas, tenho certeza, é uma das maiores - senão a maior - em termos qualitativos. Nossa Bancada tem um discurso coerente, responsável, fácil e sincero. V. Exa. abrilhantar ainda mais o nosso Partido.

Parabéns a V. Exa. Continuo à disposição para o que precisar. Caminharemos juntos num projeto político para melhorar o nosso Estado e o nosso País. Obrigado.

O Deputado George Hilton\* - Agradeço as palavras do Deputado Gustavo Valadares. Testemunho o trabalho exercido por V. Exa., que é uma das grandes revelações desta legislatura, com uma história política, um passado que herdou do seu pai, que também foi um grande parlamentar. V. Exa., como Líder da Bancada do PFL, não deixa nada a desejar: cumpre de maneira cabal e séria o seu papel.

O Deputado Biel Rocha (em aparte)\* - Deputado George Hilton, em meu nome e em nome da Bancada do PT, saúdo-o. Vemos com bons olhos a sua presença no PFL, mesmo sendo um partido adverso ao nosso, que logo estará em disputa, em trincheiras diferentes. A sua presença nesse Partido enobrecerá esse rico debate político que se apresenta à Nação brasileira.

Esperamos estar juntos no debate; será um prazer. V. Exa., como juiz-forano de direito, com certeza, com o Vereador Pastor Carlos que o acompanhou para o PFL, muito enriquecerá o debate em Juiz de Fora. Portanto, em nome do PT, parabeno-o pela escolha. Obrigado.

O Deputado George Hilton\* - Agradeço o aparte do nosso colega Deputado Biel Rocha, cuja competência tem se revelado nesta legislatura. Não nos estranha a sua capacidade, pois já a demonstrou no Legislativo Municipal de Juiz de Fora, e agora muito contribui com este parlamento. Ressalto a sua competência e a sua sensibilidade com a causa pública e o trabalho do parlamento.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)\* - Amigo e nobre Deputado George Hilton, superando as questões partidárias, sinto-me na obrigação de expressar-lhe votos de felicidade e prosperidade nessa nova agremiação partidária, altamente representativa, possuidora de grande credibilidade perante os mineiros.

Reafirmo aqui meu apreço pessoal, a amizade, a consideração e a admiração que tenho por V. Exa. Essa admiração vem de longa data e nos une de forma sólida. Por meio da palavra amizade, procuro expressar, da melhor maneira possível, a convivência cara que temos e tivemos no parlamento mineiro durante anos. No PL, V. Exa. nos honrou com sua companhia, com seus sábios ensinamentos e com sua postura. Como ser humano, é um exemplo para este jovem parlamentar e para esta Casa, por sua inteireza moral e por seus valores.

Reafirmo nossos votos de sucesso no PFL. Tenha a certeza de que o PL conservará o legado, os ensinamentos deixados por V. Exa., que sempre se pautou pela seriedade, pela correção, pelo companheirismo e pela defesa intransigente de seus princípios e valores éticos e morais, já conhecidos e reconhecidos por todos os mineiros. Sucesso na nova caminhada!

O Deputado George Hilton\* - Obrigado, Deputado Dinis Pinheiro. De um lado, entre os novos colegas, temos grandes revelações, que são importantes para este parlamento; do outro, podemos considerá-lo, em virtude do tempo e da experiência que tem no parlamento, um mestre. Podemos considerá-lo um professor de todos nós. V. Exa. tem demonstrado isso. Aprendi muito com V. Exa., até mais do que ensinei. Quero devolver-lhe a prerrogativa, por meio da qual me ensinou a dar os primeiros passos nesta Casa. Se hoje o meu trabalho é coerente, certamente lhe devo isso, pois me espelhei em V. Exa.

O Deputado Leonardo Moreira (em aparte) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigo Deputado George Hilton, serei breve, visto que seu tempo foi quase todo tomado pelos apartes de seus companheiros e amigos. Seu carinho, companheirismo e amizade são marcas que ficaram registradas em sua passagem pelo PL; aliás, essas marcas continuarão sempre com V. Exa. Onde quer que esteja, estará sempre com V. Exa. o nosso carinho, a nossa amizade, a nossa determinação em servi-lo, independentemente de agremiação ou partido a que esteja filiado. Tenho a certeza de que esse é o pensamento de todos nós, seus companheiros. Ficam aqui os votos de toda a Bancada do PL, que está triste com sua saída. Desejamos que V. Exa. seja muito feliz e tenha muito sucesso em todas as empreitadas. Era o que tinha a considerar.

O Deputado George Hilton\* - Obrigado. Quero dizer-lhe que, embora esteja no PFL, essa ausência não será sentida, porque o nosso trabalho certamente contará com o seu apoio, especialmente o apoio moral que sempre nos deu, o que demonstrou sempre de forma muito clara.

Sr. Presidente, teria mais aspectos para abordar, mas me sinto honrado em ter dividido o tempo com meus colegas. Para concluir, saliento que, na semana passada, tivemos o Dia do Instrumentador Cirúrgico, instituído a partir de uma lei estadual. O Sindicato Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos luta pela regulamentação dessa profissão. Essa causa contará com o meu apoio e com o apoio dos colegas desta Casa. Essa profissão ainda não é regulamentada, mas está na hora de o Congresso Nacional fazer justiça. Já existe lá um projeto de lei em tramitação que trata da regulamentação da profissão dos instrumentadores cirúrgicos. A categoria está de parabéns. Com certeza, sem ela não seria possível realizar cirurgias. Ressalto o valor que essa categoria tem para todos nós. Fiz, recentemente, uma cirurgia; sei, portanto, a importância que tem o instrumentador cirúrgico nesse processo.

Portanto, parabeno toda a categoria. O sucesso de uma cirurgia depende da agilidade e do equilíbrio dos profissionais nela envolvidos. E a você, instrumentador cirúrgico, que todos os dias tem dado sua inestimável contribuição para a vida de todos nós, nossos sinceros agradecimentos e votos de que o trabalho que realiza, com muito profissionalismo, venha a ser reconhecido e que, tão logo o Congresso aprove, seja sancionada a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico no País.

Aos amigos do PFL digo que estamos comprometidos, a partir de agora, a traçar metas que proporcionem o bem-estar de Minas Gerais e de nossa gente. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Bloco PT-PCdoB apresentou, no início desta legislatura, uma pauta política a ser debatida nesta Casa e no movimento social de nosso Estado, compreendendo alguns pontos

importantes, como destinação de verbas à saúde, baixa execução orçamentária dos projetos prioritários do Governo do Estado, necessidade do envio das tabelas remuneratórias, necessidade de um maior envolvimento do Governo Estadual nas políticas públicas sociais em Minas Gerais e também uma maior valorização da pauta legislativa parlamentar.

Nesse sentido, gostaria de me dirigir em especial aos líderes de blocos e bancadas nesta Assembléia, para tratar de um assunto que considero da maior relevância para todos nós, Deputados e Deputadas. Estamos, desde o início desta legislatura, oferecendo grande contribuição para Minas Gerais por meio da análise correta, séria, propositiva dos projetos encaminhados pelo Poder Executivo. A base do Governo e a Oposição expressam seu papel e seu lugar institucional nesta Casa.

Ajudamos na reforma administrativa, no choque de gestão, na análise dos planos de carreira e hoje votamos quatro projetos, em 2º turno, de autorização de empréstimos para o Sr. Governador. Mas vejam bem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, temos, na Assembléia, 525 projetos de autoria dos Deputados e Deputadas em condição de serem apreciados pelo Plenário. Retirando aqueles que têm parecer de inconstitucionalidade, temos 374 projetos de autoria de Deputados e Deputadas de todos os partidos.

Esses projetos deixam de constar da ordem do dia não por vontade do Presidente ou da Mesa, aliás muito sensíveis a esses projetos, mas pela ausência de um processo efetivo de negociação dos projetos dos Deputados e das Deputadas com o Poder Executivo. O projeto que tem nota técnica contrária, por uma questão tática e, às vezes, até com o aval do Deputado, para que o projeto não seja derrotado em Plenário, fica engavetado, paralisado.

Quero fazer um elogio a todos os Deputados e Deputadas, porque as Comissões têm um trabalho muito efetivo. Esses projetos recebem pareceres sérios das Comissões, e muitos deles são precedidos de audiências públicas. A Assembléia é exemplo no Brasil na realização de seminários, debates e audiências públicas, que enriquecem muito o conteúdo desses projetos. Mas, muitas vezes, o Poder Executivo, por não concordar com o mérito, apresenta uma nota técnica desfavorável, e o projeto não tem condição política de ser aprovado em Plenário.

Faço um apelo especial à base de Governo para que tenhamos o mesmo empenho, a mesma energia criativa, a mesma dedicação - que os Deputados já têm - e a mesma flexibilidade de quando se trata de projetos do Governo. Para votar projetos do Governo, cruzam-se madrugadas, Comissões se reúnem na hora do almoço, reuniões extraordinárias são realizadas e emendas são construídas com o esforço técnico permanente de todos nós. Cada um abre mão da sua posição, e o processo de negociação evolui. Mas quando se trata de projeto de Deputado que chega ao Plenário - e às vezes nem chega, porque há uma nota técnica desfavorável em que se aconselha o Deputado a não colocá-lo em votação, porque senão será derrotado; se for aprovado, será vetado; ou, se for vetado, o veto será mantido -, a nossa ação legislativa fica limitada.

A mesma capacidade que o Poder Executivo tem de legislar nós, Deputados e Deputadas, também temos. Não vou mencionar projetos de Deputados de outros partidos até porque não tenho essa delegação como Líder, mas observem o caso da nossa bancada e do Bloco PT-PCdoB: temos um projeto do Deputado Padre João que fixa critério para a pulverização com inseticidas, herbicidas e congêneres por via aérea em áreas agrícolas do Estado de Minas Gerais pronto para a ordem do dia; o projeto do Deputado Weliton Prado que institui a política estadual de descentralização de emissão de carteiras de identidade pronto para ir a Plenário; projeto do Deputado Rogério Correia que dispõe sobre a política estadual de agroindústria familiar pronto para ir a Plenário; projeto do Deputado Adelmo Carneiro Leão que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde pronto para ir a Plenário; e deste Deputado há um projeto de lei que trata da extensão da não-cobrança do ICMS na aquisição de veículos automotores para utilização por pessoas portadoras de deficiência física, visual ou mental severa ou profunda. A pessoa que tem deficiência visual hoje não tem o mesmo direito que a portadora de deficiência física. Muitas vezes quem tem deficiência visual gasta mais porque tem de ter uma pessoa para dirigir o seu automóvel. O próprio Presidente da Assembléia já se manifestou positivamente em relação a essa idéia, e o projeto está pronto para ir a Plenário.

Tenho a certeza de que vários projetos de Deputados e Deputadas estão nessa mesma situação. Quero propor à base de Governo que se realize - como fizemos em todos os projetos de iniciativa do Executivo - um grande esforço, um mutirão para aprovar projetos de Deputados e de Deputadas na Casa.

Quando se chega ao final do ano, vemos aqueles balanços de que somente o Poder Executivo tem projeto aprovado e apresenta projeto, como se os Deputados e as Deputadas não tivessem o seu valor, as suas idéias, e como se as comissões da Casa não trabalhassem. Pelo contrário - e aqui faço um elogio à gestão do Presidente Mauri Torres -, a produtividade da Assembléia, o número de audiências, de seminários e de fóruns técnicos é infinitamente superior ao de qualquer Casa Legislativa do País.

Esforcamo-nos por aprovar os projetos do Executivo e devemos nos esforçar por aprovar os projetos prioritários do Legislativo. Não digo todos, pois há projetos mais relevantes que outros. Queremos isonomia, ou seja, a flexibilidade que existe para se analisarem os projetos do Executivo deve ser aplicada aqui.

Muitas vezes, um técnico que não possui contato direto com as bases emite uma nota técnica fria, dissociada dos reais interesses da população mineira. Dessa forma, a nota técnica prevalece sobre a vontade coletiva dos parlamentares. Devemos transformar a nota técnica num espaço de negociação política, resguardadas as atribuições, competências e especificidades de cada parlamentar. Para mostrarmos serviço, devemos aprovar projetos dos Deputados, e não apenas votar contra ou a favor de projeto do Poder Executivo.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)\* - Pertinente ao seu pronunciamento, aproveito o ensejo para apresentar um requerimento. Na audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, questionamos as alíquotas de ICMS sobre as contas de energia elétrica. A alíquota de ICMS do Estado de Minas Gerais é uma das mais altas do Brasil - e, conseqüentemente, as contas de energia elétrica. Por ser uma das mais altas, gera um lucro fenomenal para a CEMIG, cujo faturamento líquido, no ano passado, foi de R\$1.400.000.000,00. Essa conta é paga pelos mineiros de forma bastante desigual, pois as indústrias pagam menos que os pobres.

Farei a leitura do requerimento e solicito a sua apreciação. (- Lê: ) "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer seja dirigido ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais ofício solicitando a redução da alíquota de ICMS sobre a energia elétrica para consumo residencial, igualando-a às alíquotas sobre os consumos industrial e comercial. Sala das Comissões, Jésus Lima, Bloco PT-PCdoB.

Justificativa: Atualmente as alíquotas de ICMS sobre energia elétrica em nosso Estado são diferenciadas e oneram excessivamente o consumidor residencial, para quem a carga tributária do ICMS, pelo uso da energia, eleva-se a 30%, enquanto as alíquotas para o uso não residencial são bem inferiores, estando fixadas em 18% para uso industrial e comercial e 12% nos casos em que a energia seja utilizada por produtor rural exclusivamente na irrigação. O requerimento objetiva sensibilizar o Governador, para que a alíquota de ICMS seja reduzida para o consumidor residencial, visto que o índice de inadimplência aumentou 56%, segundo dados da CEMIG."

Nosso papel é buscar o equilíbrio, fazendo com que haja justiça social. É justo que o consumidor residencial receba o mesmo tratamento das indústrias. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)\* - Deputado André Quintão, ouvi atentamente seu pronunciamento. Às vezes, a Casa precisa votar projetos do Governo devido à sua urgência. Muitas vezes, os projetos dos Deputados não são votados, pois eles não têm humildade para solicitar ao Presidente. Isso ocorre não só no Legislativo mineiro, como também em todos os Legislativos e no Congresso.

É importante criarmos uma força-tarefa para votar projetos importantes dos Deputados. Graças a Deus, tive a oportunidade de aprovar cinco projetos de lei na Assembléia, que foram sancionados e tornaram-se leis em Minas Gerais.

Venho trazer o meu apoio à sua palavra, porque gostaria que vários projetos de minha autoria fossem votados, se possível este ano. Isso seria muito importante. Pude verificar que há três requerimentos do PT na pauta desta reunião, incluindo um projeto de lei do nosso colega e amigo, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Parabéns! A sua fala já surtiu efeito, nobre Deputado André Quintão. Até parece que foi encomendada. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputado Leonardo. É evidente que defendemos que todos os partidos tenham seus projetos incluídos na pauta, não apenas o Bloco PT-PCdoB.

Concluindo, já solicitamos pessoalmente ao Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, grande coordenador do processo legislativo, que convoque o Colégio de Líderes para que possamos fazer um grande acordo e votar os projetos dos Deputados e das Deputadas até o final do semestre. É claro que isso deve ocorrer em concordância com o Governo, para que não haja apenas determinado número de projetos aprovados, mas que eles sejam sancionados e entrem em prática no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, Sras. Deputadas e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa, a quem cumprimento por intermédio do Deputado Zé Maia, representantes da imprensa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, senhoras e senhores, boa-tarde!

A atividade parlamentar requer do homem público uma postura de independência com relação aos seus posicionamentos; porém, é de fundamental importância para a própria democracia que possamos expor nossas opiniões a respeito de diversos temas de interesse da nossa sociedade. Faço, desta tribuna, uma avaliação política do Governo Aécio Neves durante este primeiro mandato.

Primeiramente, na condição de Líder do meu partido nesta Casa Legislativa, quero reafirmar que o nosso Estado está ocupando diariamente espaço na mídia nacional, com referências positivas sobre a atual administração. Não é novidade para nós, mineiros, que vivemos hoje um período totalmente diferente daquele que está ligado ao nosso passado recente. Sabemos das dificuldades enfrentadas pela administração anterior em relação ao Governo Federal. Durante esse período, Minas ficou isolada das grandes decisões nacionais; porém, os tempos mudaram, e hoje voltamos a ocupar o nosso espaço - afinal, as grandes decisões políticas do País sempre passaram por Minas. Essa é a marca indelével dos mineiros, que sempre tiveram voz ativa perante a Federação. Minas agora voltou a se destacar na política nacional, principalmente depois da eleição do Governador Aécio Neves. Vivemos um novo tempo nas relações com o Governo Federal e com os demais entes da Federação. Voltamos a ocupar o nosso espaço no cenário nacional. Tudo isso ocorreu depois da eleição do nosso Governador.

É muito importante reconhecermos que estamos recuperando o prestígio político graças ao desempenho do Governador Aécio Neves, que vem trabalhando diuturnamente com toda a sua equipe de Secretários na defesa dos interesses de Minas. Esse é um dos motivos que nos levam a tomar essa iniciativa e a ocupar esta tribuna para publicamente apresentar alguns registros sobre essa administração.

O Governo mineiro demonstrou que está no rumo certo, desde que conseguiu atingir o déficit zero, antecipar o pagamento do funcionalismo público para o quinto dia útil e atrair investimentos para reaquecer a nossa economia. Essas ações foram fundamentais para que Minas voltasse a ser destaque no cenário político nacional. Esse choque de gestão capacitou Minas a buscar novos parceiros e conseqüentemente captar recursos externos.

O Governo investe em diversas áreas. Os setores de saneamento básico e de energia elétrica foram os mais beneficiados com recursos públicos. A maior parte dos R\$17.200.000.000,00 de investimentos públicos vieram da CEMIG, da COPASA e do DER. Em 2004, os novos investimentos permitiram a renovação de concessões e o acerto de convênios.

Atualmente, a empresa atende a 10.800.000 habitantes no fornecimento de água e a 5.400.000 com saneamento. Entre as obras que serão realizadas pela COPASA está a intervenção em dois trechos do rio Arrudas, em Belo Horizonte. A empresa está realizando a licitação para a construção da estação de tratamento do Onça e a conclusão do Sistema Rio das Velhas, na Grande BH. Essas obras estão orçadas em mais de R\$200.000.000,00.

O Governo mineiro não investe somente em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. O maior volume de recursos está sendo destinado para a região central - são aproximadamente R\$3.210.000.000,00 -, seguida pelo vale do Jequitinhonha, que ficou com R\$1.550.000.000,00.

Na área energética, a CEMIG está realizando investimentos de R\$6.240.000.000,00 entre 2004 e 2007. Com recursos próprios, a CEMIG está financiando o Clarear, que prevê 100% de eletrificação nas áreas urbanas atendidas pela empresa. Para isso, serão gastos, até 2006, mais de R\$321.000.000,00.

No DER, os maiores investimentos estão sendo realizados no programa Pró-Acesso. Para a primeira etapa, estão sendo gastos R\$390.000.000,00 de recursos próprios e transferências da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -, o imposto sobre combustíveis.

Nos gastos com o funcionalismo público, o Governo mineiro manteve as despesas nos mesmos patamares dos últimos anos, e, como a receita cresceu, foi possível atingir o percentual determinado pela LRF. Os gastos com pessoal no ano passado atingiram aproximadamente R\$7.884.000.000,00.

O Governo do Estado repassa mensalmente para a União 13% de sua receita líquida. Caso não seja feito o pagamento, como ocorreu no Governo Itamar Franco, o Governo Federal bloqueia recursos que repassa regularmente ao Estado. No momento, Minas paga mais de R\$130.000.000,00 mensais para o Governo Federal.

Uma missão do Tesouro Nacional está visitando os Estados para checar se todos os acordos foram cumpridos. Aliás, essa missão já esteve em Minas, e, pelos dados analisados previamente, o Governo mineiro cumpriu todos os pontos acertados. A expectativa é que, diante disso, seja concedido aval para a obtenção de empréstimos internacionais.

Minas dá exemplo aos demais Estados brasileiros. Onde há vontade política, determinação e responsabilidade para administrar e gerir a coisa pública, com eficiência e capacidade gerencial, os resultados surgem na proporção que todos esperam.

A arrecadação do ICMS ficou em R\$1.200.000.000,00 no mês de abril. A arrecadação foi 8,11% maior que a registrada no mês de março e superior também à de abril do ano passado, que foi de R\$1.077.000.000,00. Isso comprova que houve um crescimento econômico considerável em nosso Estado e no fluxo de negócios.

Mais da metade da receita de Minas com o ICMS vem dos setores de telecomunicações, energia elétrica e combustíveis. A expectativa para todo o ano de 2005 é que as receitas do Estado sejam de R\$23.058.000.000,00, o que representaria um aumento de 11% em relação ao ano passado. Os investimentos previstos com recursos próprios somam R\$1.630.000.000,00. No ano passado, foram R\$1.047.000.000,00.

Todos esses dados nos levam a uma avaliação positiva do Governo de Minas. Não poderíamos deixar de fazer este relato para que a nossa população tivesse conhecimento dessas informações, que são de interesse de todos os mineiros. Como falei no início deste pronunciamento, Minas voltou a ser referência e destaque nacional.

O Governo de Minas está dando exemplo para o País ao se adequar às metas da Lei de Responsabilidade Fiscal. É importante lembrar a todos que nos assistem que, no início deste Governo, houve uma redução considerável do número de secretarias, de 21 para 15, além da extinção de 1.236 cargos comissionados na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações.

A centralização da folha de pagamento, a redução do próprio salário do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado foram medidas tomadas com o objetivo de enquadrar o Estado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo isso foi importante para que a Moody's classificasse e elevasse os títulos da dívida externa de Minas de B3 para B2.

Ainda neste ano serão aplicados R\$150.000.000,00 na recuperação de aproximadamente 5.000km de rodovias estaduais. o Pró-Acesso vai investir neste ano R\$204.000.000,00 para atender os municípios mineiros que ainda não contam com acesso asfáltico. Sabemos que muitas dessas cidades que serão beneficiadas com a chegada do asfalto terão, num breve espaço de tempo, crescimento econômico.

O Noroeste de Minas recentemente foi contemplado com investimentos da ordem de R\$150.000.000,00, que serão aplicados na implantação do projeto estruturador de energia elétrica na região. Dezenove municípios, num primeiro momento, serão beneficiados.

O objetivo é aumentar a oferta de energia elétrica para a ligação de grandes, médios e pequenos produtores rurais, além de indústrias, estabelecimentos comerciais e residências, uma antiga reivindicação da população da região.

Devemos ressaltar que Minas vive um momento ímpar na sua história política. A atuação do Governador Aécio Neves frente aos destinos do nosso Estado está elevando a auto-estima de todos os mineiros. Isso é um dado muito importante.

No recente encontro internacional sobre ética e desenvolvimento sustentável, realizado esta semana em Belo Horizonte, o Governador Aécio Neves foi bastante elogiado pelos empresários e, especialmente, pelo Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, Sr. Enrique Iglesias. Nesse encontro, foi assinado termo de cooperação mútua entre o Governo do Estado, o BID e a FIEMG para a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável para as pequenas e as microempresas turísticas localizadas ao longo da Estrada Real. Na primeira fase do projeto, serão investidos US\$ 6.800.000,00 de recursos dos três organismos.

A primeira parte dos recursos, US\$3.400.000,00, será repassada, de imediato, pelo BID e pela FIEMG, em duas parcelas iguais. Outros US\$3.400.000,00 serão repassados, em uma segunda fase, pelo Governo do Estado e pelo Ministério do Turismo. Esse projeto destina-se a atender o desenvolvimento sustentável em cerca de 180 municípios que fazem parte do circuito.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos assiste, não vou me alongar para falar das ações políticas do nosso Governador, porém nunca é demais enaltecê-lo a figura deste homem público que fez Minas retornar ao seu lugar de destaque no cenário nacional.

Tenho certeza de que Minas vai se desenvolver muito mais. Basta acompanharmos o crescimento econômico do nosso Estado e vemos que hoje realmente podemos nos orgulhar em relação aos demais Estados da Federação.

Com a credibilidade e a confiança dos investidores internos e externos, Minas se credencia a ser um Estado voltado para o crescimento econômico, emprego, renda e justiça social. Esse é um compromisso do Governador e de todos que desejam uma Minas pujante.

Por isso, é de fundamental importância que façamos, desta tribuna, a análise sobre esse salto de qualidade que aconteceu em Minas sob a administração Aécio Neves. É com muita convicção que falo aos mineiros e aos que me ouvem desta tribuna que estamos vivendo um novo tempo de transformações em nosso Estado.

Ao finalizar minhas palavras, Sr. Presidente, deixo aqui um sentimento de orgulho e esperança, pois tenho a certeza de que Minas ressurgiu e voltou com muita determinação a ser prestigiada neste nosso imenso Brasil. Por isso, acredito que o Governador Aécio Neves tem um longo caminho a percorrer em defesa de Minas e do Brasil.

A todos, muito obrigado. Boa tarde!

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/5/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Aparecida de Jesus do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;  
nomeando Maria Aparecida de Jesus para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;  
nomeando Regis Alexandre Hipólito para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.

#### Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando Antonio Miranda do cargo de Motorista, padrão AL-10, 4 horas;  
nomeando José Cláudio Hott Junior para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Adriana Ribeiro Gutes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;  
exonerando Fausto Rodrigo Borges do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;  
exonerando Luciene Maria Ferreira Crisipo do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;  
exonerando Sonia Maria Ferreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;  
nomeando Creuza Aparecida de Paula para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;  
nomeando Silas Saraiva Felix para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

exonerando Lucia Caminhas Irias do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Progressista;

nomeando Creuza Ferreira de Gusmão para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Progressista.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2005

Objeto: aquisição de diversos materiais de escritório. Licitantes vencedores: Carlindo Fialho da Silva - ME (lotes 1 e 13); Papelaria Paper Box Ltda. (lotes 2 a 4 e 6 a 9); Ripel Comércio de Papéis e Material de Escritório (lotes 5 e 10 a 12).

Belo Horizonte, 16 de maio de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

#### ERRATA

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

#### OFÍCIOS

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição da 14/5/2005, na pág. 53, col. 1, após o resumo do ofício do Sr. Amarílio Augusto de Andrade, inclua-se o seguinte despacho:

"(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.041/2005.)".

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

#### REQUERIMENTOS

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 14/5/2005, na pág. 53, col. 4, no resumo do Requerimento nº 4.723/2005, onde se lê:

"de Rio Branco", leia-se:

"de Visconde do Rio Branco".